



Anivaldo Padilha:

referência no Movimento Ecumênico Internacional e na Luta pelos Direitos Humanos no Brasil

Helerson Silva*

Na tarde de 14 de junho de 2011, realizava-se no auditório da Procuradoria Regional da República – 3ª Região, na capital paulista, um ato público de repatriação de extensa documentação e microfilmes em poder do *Conselho Mundial de Igrejas* (CMI), sediado em Genebra, Suíça, e do *Center for Research Libraries* (CRL), Chicago, Estados Unidos.¹ Foram enviados a partir de 1979, para serem mantidos a salvo no exterior. Tratava-se de fotocópias dos 707 processos da ditadura que se encontravam arquivados no Superior Tribunal Militar, em Brasília, contra mais de sete mil civis acusados durante o período mais violento do regime militar ocorrido entre 1964 a 1978; em 25% dos autos, os presos políticos relatam as torturas sofridas durante as audiências.²

* Doutorando em Processos Políticos Contemporâneos; Universidade de Salamanca, Espanha; Docente da PUC-Campinas

1. Mantidos por 26 anos no exterior, o lote remetido pelo CMI totaliza 3.500 documentos trocados entre os articuladores do projeto *Brasil: Nunca Mais*, além de constar o nome dos 444 torturadores; já o acervo do CRL soma 543 mil rolos de microfilmes totalizando 1 milhão de páginas referentes aos 707 processos contendo informações das 1.843 vítimas, incluindo mortos pelo regime e torturados.
2. LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. (Rio de Janeiro: Objetiva, 2003).

Idealizado pelo pastor presbiteriano Jaime Wright e contando com o apoio de D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, assim como do diretor executivo do CMI para questões de Direitos Humanos na América Latina, Charles R. Harper, o qual atuou nessa região entre 1974 a 1992, o projeto *Brasil: Nunca Mais* pode ser considerado a operação secreta mais longa e bem sucedida no que tange à preservação da memória de uma época marcada pelas violações de Direitos Humanos e torturas perpetrados pelo Estado brasileiro contra os seus cidadãos. A documentação foi entregue no compromisso de que o Estado, agora em busca de consolidação de sua democracia, disponibilizasse ao público as informações pela internet.

Dentre os dezenove oradores que se endereçaram aos mais de duzentos participantes do evento, encontrava-se um altivo senhor de 71 anos de idade,³ magro e grisalho, ele mesmo um sobrevivente dos anos de chumbo do regime militar, o metodista Anivaldo Padilha.⁴ Padilha dispensa apresentações. Nos últimos cinquenta anos, sua história de vida esteve intimamente ligada ao CMI e ao movimento ecumênico internacional, sendo referência neste campo, além da luta pela democracia durante e depois do regime militar, à promoção dos Direitos Humanos no Brasil, bem como à atual busca de justiça através de sua incansável participação na Comissão da Verdade.⁵ Contudo, como estes anos também foram de certa obscuridade, procurei trazer um pouco de luz àqueles que desejam conhecer mais detalhadamente a experiência de um homem que marcou o tempo com a sua presença. A estes companheiros, este ensaio é dedicado.

Anivaldo Pereira Padilha nasceu em 11 de junho de 1940, em São Pedro da União,⁶ Minas Gerais. Desde o princípio, este sampretense estava destinado a escapar de um destino que parecia iminente. Nesses difíceis anos 1940 no interior mineiro, vivendo em um entorno dominado pelas plantações de café e, apesar de pertencer a uma família pobre – seu pai era pedreiro, sua mãe uma operária têxtil e costureira –, ambos com menos de um ano de escolaridade, o ambiente familiar era bastante politizado.

3. TUNES, Susel. *Celebração da amizade: aos 70 anos de Anivaldo Padilha*. Disponível em <http://1re.metodista.org.br/conteudo.xhtml?c=398>.

4. *Depoimento de Anistia de Anivaldo Padilha*. Disponível em <http://domomb.blogspot.com.br/2012/05/depoimento-de-anistia-de-anivaldo.html>

5. ZELIC, Marcelo; PADILHA, Anivaldo. *Direitos Humanos em risco*. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/direitos-humanos-em-risco/>

6. *Camara de São Pedro fez história*. Disponível em http://www.afolharegional.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1519:camara-de-sao-pedro-da-uniao-fez-historia&catid=38:padrao&Itemid=67

O pai era mais do que simpatizante de Getúlio Vargas; tinha participado da Revolução de 1932 ao lado das forças getulistas. A política era um tema recorrente em torno das refeições da família. Cresceu num ambiente plural do ponto de vista religioso. Desde criança conviveu com parentes católicos e espíritas e o mesmo acontecia no bairro em que morava. *Essas diferenças religiosas nunca foram fator de conflitos*,⁷ como sempre costuma repetir.

Buscando uma vida melhor, a família Padilha mudou-se para São Paulo. Desde cedo Anivaldo começou a trabalhar na capital, primeiramente como alfaiate e, depois, como escriturário, ao mesmo tempo em que cursava o antigo ginásio noturno. Frequentava a Igreja Metodista e recebia aprendizado religioso na Escola Dominical. Logo começaria a participar no movimento de Juventude Metodista. Foi nesse momento que começou a tomar consciência mais aprofundada dos problemas brasileiros e da necessidade de lutar contra as desigualdades no Brasil. Foi fator decisivo para a militância de Padilha o ecumenismo, movimento político-religioso que começou a desenvolver-se no Brasil, na primeira metade da década de 1950, no seio de toda uma juventude protestante. Isso deu-se graças à criação da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), principal difusora do movimento ecumênico no país, já inspirada pelos encontros promovidos pelo CMI. Embora o ecumenismo remonte aos esforços do presbiteriano Erasmo Braga, em princípios da primeira década do século XX, o movimento ecumênico, em sua primeira fase, buscava a união interreligiosa num esforço de superação das diferenças doutrinárias visando à cooperação e a uma melhor economia das sociabilidades religiosas no esforço de evangelização dos brasileiros.

O surgimento da CEB, entretanto, contribuiu para a tentativa de superação de uma ação religiosa calcada no proselitismo legado pelos missionários estrangeiros, principalmente norte-americanos, que implantaram a religião Protestante no país, na segunda metade do século XIX, tendo como objetivo a conversão do católico. Em outros termos, a CEB contribuiria à emergência de uma nova ação religiosa no protestantismo brasileiro que passou de uma ética de conversão a uma ética baseada na responsabilidade social. Este engajamento buscava, segundo afirmou Padilha, a superação de todas as barreiras, inclusive as políticas, econômicas e sociais, que impediam o ser humano a ter uma vida digna.⁸

7. MACIEL, Carolina. *O pedido de perdão do Estado Brasileiro a Anivaldo Padilha*. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/comunicacao-noticias-detalhes.asp?cod=1791>

8. MACIEL, Carolina. *O pedido de perdão do Estado Brasileiro a Anivaldo Padilha*. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/comunicacao-noticias-detalhes.asp?cod=1791>

Decisiva para essa ruptura foi o *Setor de Responsabilidade Social da Igreja*. Desde a sua criação em 1955, esse departamento da CEB realizou quatro encontros que entraram para a história do protestantismo brasileiro. O mais importante e polêmico deles foi o IV encontro realizado no Recife, em 1962. Sob o tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, os jovens eram desafiados a refletir sobre as rápidas transformações sociais que o país estava vivendo com a passagem de um contexto social rural a outro urbano. A Conferência do Nordeste, como ficou conhecido este encontro ecumênico que contou com a participação de personalidades do mundo intelectual como Celso Furtado, entre outros, tornou-se um marco e um divisor de águas no protestantismo brasileiro. Os encontros, contudo, eram vigiados pelo governo e também pelos líderes conservadores das igrejas. Em 1964, quando o golpe militar foi instaurado, todos os dirigentes da CEB – Waldo Aranha Lenz César, Jether Pereira Ramalho e Richard Shaull – presbiterianos, foram sumariamente destituídos dos seus cargos pela Igreja Presbiteriana do Brasil, revelando o apoio e colaboração dos setores conservadores desta denominação como de outras do protestantismo ao regime instaurado.

Em 1958, Anivaldo Padilha ingressou no antigo Partido Socialista Brasileiro (PSB). O interesse político se aprofundou com sua participação no movimento ecumênico onde passou a militar de uma forma mais orgânica, tornando-se líder da juventude metodista. Pela Igreja Metodista foi diretor do Departamento Nacional de Juventude, editor da icônica *Cruz de Malta*, uma revista da denominação especialmente voltada ao público jovem, além de organizar e conduzir vários congressos de jovens. Logo Padilha teria projeção nacional ao ser convidado a participar também das atividades organizadas pelo Departamento de Juventude da Confederação Evangélica do Brasil (CEB).

Em 1961, aos 21 anos de idade, engajou-se ativamente no movimento estudantil que contribuiu à posse de João Goulart na presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Durante a ditadura militar iniciou os estudos na Faculdade de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) onde se destacou como um dos líderes do movimento estudantil, participando, de maneira decisiva, na reorganização clandestina de dois dos mais antigos movimentos de juventude do país atuando em prol da educação superior: a União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE-SP), que surgiu concomitantemente com a Faculdade de Direito do Largo São Francisco e a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937 na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro.

Durante esse período tornou-se militante da Ação Popular (AP) dedicando-se ao trabalho de conscientização e organização de setores da classe média. Embora procurasse distinguir a participação e atuação no movimento ecumênico da sua militância política clandestina, muitas ações acabavam convergindo como, por exemplo, a defesa dos direitos humanos, a oposição à ditadura, a crítica às estruturas injustas da sociedade e os esforços para a superação das desigualdades econômicas e sociais do Brasil. No que concerne à primeira frente, Padilha dedicava-se à promoção de reflexões bíblico-teológicas, à produção de materiais educativos visando à formação da juventude protestante e seu engajamento em projetos sociais, além do incentivo à solidariedade com pessoas perseguidas pela ditadura.

No tocante à segunda esfera de atuação, esta muito mais arriscada e desenvolvida com maior dificuldade, pois a ditadura militar impedia qualquer tipo de oposição aberta, esteve envolvido em pelo menos cinco frentes, quais sejam: construção de apoios políticos e logísticos para a ação política da AP; coleta de informações sobre a repressão, especialmente os casos de tortura enviando-as às redes ecumênicas no exterior para divulgação à opinião pública internacional; produção e divulgação de notícias no Brasil como forma de contra-informação, uma vez que os meios de comunicação estavam censurados; organização de redes solidárias e de proteção para ativistas políticos perseguidos pela ditadura e que corriam risco de prisão e de morte, formadas por pessoas e por algumas instituições entre o eixo São Paulo-Rio e as fronteiras com Uruguai e Argentina; e, finalmente, a mobilização de estudantes a fim de participarem de campanhas contra a repressão.

No dia 28 de fevereiro de 1970, Padilha ainda cursava ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP), quando foi preso juntamente com a companheira de militância Eliana Rolemberg, futura diretora executiva da CESE – *Coordenadoria Ecumênica de Serviço* – por agentes do *Departamento de Ordem Política e Social* (DEOPS), na época comandado pelo infame delegado Sérgio Fleury. Permaneceria preso durante dez meses, até o final de setembro. Entre o dia 28 de fevereiro até o final de junho de 1970, Padilha alternou três períodos detido nos porões do *Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna* (DOI-CODI) com outros três no DEOPS. Foram três meses de terror marcados por torturas sistemáticas; o período mais difícil, entretanto, foi vivido no DOI-CODI porque os interrogatórios eram acompanhados de torturas diárias.

No primeiro dia foram oito horas de torturas perpetradas pelos militares Homero César Machado, Thomaz (Tibiriça), Benome Arruda Albenaz (já falecido), Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, Maurício Lopes Lima, todos capitães, além dos policiais Raul Careca, Paulinho Bexiguento, e o delegado Baeta. Pau de arara, choque elétrico, cadeira do dragão e insultos, na tentativa de lhe quebrar a resistência física e moral. Seguiram-se mais de vinte dias de torturas em que era obrigado a ficar recluso em um ambiente insalubre: cela imunda, dormindo no chão em um colchão igualmente sujo e privado de fazer a higiene pessoal como tomar banho ou escovar os dentes, sem ter como trocar de roupa e recebendo apenas uma refeição diária que, no início, consistia nos restos do jantar do quartel do exército e, posteriormente, uma marmita fornecida pelo *Grupo Ultra*. Nesse período pensou em suicídio não tanto pelos suplícios infligidos na carne mas pelo temor em delatar seus companheiros. Em suas palavras, *Eu tinha muito medo do que ia sentir na pele, mas principalmente de não suportar e falar. Queria que eu desse o nome de todos os meu amigos, endereços...Eu dizia: 'não posso fazer isso.'*⁹

A explicação para tamanha resiliência pode ser encontrada no senso de humor deste mineiro que o acompanharia por toda a vida. Quando relembra esses difíceis tempos, gosta de interperlar: *Como eu poderia trazê-los para passar pelo que eu estava passando?*¹⁰

Após ser indiciado pela Lei de Segurança Nacional por atividades contra o regime militar foi transferido para o Presídio Tiradentes, em São Paulo, a fim de aguardar o julgamento pela Justiça Militar. Anivaldo Padilha purgaria os últimos três meses de cárcere. A Promotoria Militar, quanto a ela, concluiu pelo arquivamento do processo. O Presídio Tiradentes foi desativado em 1972 e demolido pouco tempo depois quando as obras do metrô abalaram as suas estruturas. Em seu lugar foi construído um prédio que incorpora o Teatro Franco Zampari, da TV Cultura e uma agência do Banco Nossa Caixa. Apenas o portal do presídio foi preservado e tombado em 1985 pelo governo do Estado como marco simbólico da luta contra o arbítrio e a violência institucionalizadas no país em passado recente. No presídio Tiradentes ficaram detentos presos políticos das ditaduras de Vargas e de 1964. Monteiro Lobato foi exemplo da primeira e, da segunda, uma jovem estudante de economia chamada Dilma Rousseff.

9. CARDOSO, Rodrigo. *Os evangélicos e a ditadura militar*. Disponível em http://www.istoc.com.br/reportagens/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR

10. Idem.

Após obter a liberdade condicional no final de 1970, Anivaldo Padilha passou a viver na clandestinidade por cerca de cinco meses. Durante esse período foi auxiliado pelo Conselho Mundial de Igrejas. Graças a ajuda financeira deste órgão ecumênico internacional, Anivaldo pôde retomar contatos com seus companheiros da AP, especialmente sua companheira que também se encontrava na clandestinidade nesse período e que engravidou. O difícil período foi relatado por Padilha no seguinte depoimento:

Eu estava fisicamente muito debilitado e psicologicamente abalado devido às condições precárias da prisão e às torturas que havia sofrido. Não podia conseguir emprego regular, pois as empresas exigiam atestado de antecedentes. Meu pai havia praticamente perdido a visão devido a um derrame, não tinha aposentadoria e vivia sob os cuidados da minha mãe. Eles dependiam totalmente de mim financeiramente. Ao mesmo tempo, o cerco da repressão contra a AP e as organizações de esquerda em geral se intensificava e estava claro que se fosse preso novamente eu seria morto, pois essa tinha sido a ameaça que sofri por parte do capitão Homero, um dos torturadores, quando saí da prisão. Durante esse período de clandestinidade, agentes do DEOPS foram à casa dos meus pais por duas vezes para me prender. No final de abril de 1971, fui convencido de que não havia mais possibilidade de eu permanecer no Brasil.¹¹

Padilha ainda escaparia de várias tentativas de prisão. A mesma sorte não tiveram muitos companheiros, dentre os quais o presbiteriano Paulo Wright, o irmão de Jaime Wright, o segundo homem da AP preso e desaparecido no início de 1970. Padilha foi, então, convencido a deixar o país e teve de partir sem poder despedir-se da companheira grávida de três meses e sabendo dos riscos que ela também corria de ser presa, torturada e talvez mesmo assassinada juntamente com o filho que ainda estava por nascer. Assim, em maio de 1971, começava um exílio que duraria 13 anos. Mais uma vez, contou com a ajuda do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e o apoio de uma rede de igrejas protestantes no Brasil e nos países vizinhos formada para ajudar perseguidos políticos. Teve uma breve passagem pelo Uruguai, alcançando depois a Argentina e o Chile, onde foi apoiado pelas igrejas chilenas e pela comunidade de exilados brasileiros que se formara

11. *Sobrevivente dos anos de chumbo. Depoimento e apelo.* Entrevista com Anivaldo Padilha. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/a-historia-de-um-sobrevivente-dos-anos-de-chumbo-entrevista-com-anivaldo-padilha/516008-a-historia-de-um-sobrevivente-dos-anos-de-chumbo-entrevista-com-anivaldo-padilha>

naquele país. Posteriormente se fixaria nos Estados Unidos, onde permaneceu por quase oito anos. Contemplado com uma bolsa de estudos da parte das Igrejas Metodista, Presbiteriana e do Conselho Mundial de Igrejas, passou a atuar numa campanha sistemática de denúncias contra a ditadura brasileira. Esta teve como resultado o fim do apoio de vários membros do Congresso para a suspensão de ajuda americana ao regime militar brasileiro.

Em 1975, após o trabalho sobre o Brasil ter-se consolidado, tornou-se diretor de departamento de assuntos internacionais da Sociedade dos Quakers, organização religiosa de apoio aos direitos civis e humanos ao redor do mundo, dedicando-se especialmente à América Latina, África e Oriente Médio. Em princípio de 1979, Anivaldo Padilha transferiu-se para Genebra, a convite do CMI, para ocupar o posto de diretor de um programa ecumênico mundial que visava ao envolvimento de jovens nas lutas por conquistas de direitos. Ainda em 1979, com a aprovação da Lei da Anistia, regressaria ao Brasil, embora continuasse radicado em Genebra honrando o contrato de trabalho com o CMI.

Em vários depoimentos, Padilha afirmou que durante o exílio, além da saudade de seus pais, dos amigos e das coisas mais simples como uma comida especial, guardou na memória duas lembranças especialmente sofridas. A primeira foi não ter podido retornar ao Brasil despedir-se de seu pai que se encontrava enfermo e acabaria falecendo em 1975. Tinha sido veementemente avisado por vários amigos do risco iminente de ser preso e morto se regressasse. O sofrimento maior, entretanto, foi não poder estar presente no dia do nascimento de seu filho Alexandre Padilha. Contudo, em 29 de agosto de 1979, Anivaldo finalmente pôde realizar o sonho de conhecer o filho Alexandre quando este já contava oito anos de idade. Apesar da distância, Anivaldo sempre procurou manter a comunicação com o filho. Além das fotos e correspondências trocadas, Anivaldo ainda encontrou um meio peculiar de contato. Usavam fitas cassete que eram levadas e trazidas por amigos que viajavam. De fato, Anivaldo só pôde conviver com o filho após seu regresso definitivo ao Brasil em 2003, aos 63 anos de idade.

O paulistano Alexandre Padilha formou-se em medicina e abraçou a carreira política militando nos quadros do Partido dos Trabalhadores. Tornou-se o mais jovem ministro brasileiro quando em 2004, aos 38 anos de idade, assumiu a Secretaria das Relações Institucionais (SRI) do governo Luís Inácio Lula da Silva. Tornou-se, em seguida, o ministro da Saúde na atual gestão da presidenta Dilma Rousseff e deixaria o cargo em fevereiro de 2014 para tornar-se candidato à disputa do governo do Estado de São Paulo pelo mesmo partido.

A partir de 1984, Anivaldo Padilha incorporou-se ao *Centro Ecumênico de Documentação e Informação* (CEDI). Retomava seu engajamento na luta pela ampliação e garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhescas) dos setores mais vulneráveis da sociedade, contribuindo para estabelecer as relações dessas organizações a similares em outros países, especialmente na América Latina. Com a democracia se consolidando no Brasil e com o encerramento das atividades do CEDI em 1994, o movimento ecumênico entraria em uma nova fase em sua história, marcada não apenas pela ampliação de seus programas, notadamente no campo social e em reação ao neoliberalismo, como também pela emergência de agências recompostas em Organizações Não-Governamentais. E nisto, Anivaldo Padilha pode ser considerado um precursor e divisor de águas no movimento ecumênico brasileiro. Nesse mesmo ano, ladeado por personalidades como o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, o psicólogo de formação, antropólogo e educador Carlos Rodrigues Brandão e o precursor da Teologia da Libertação na América Latina, educador e escritor Rubem Alves, fundou aquela que seria uma das mais importantes agências ecumênicas do país, a ONG *Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço*.¹²

A ONG Koinonia – palavra diretamente transliterada do grego neotestamentário significando comunhão, participação conjunta, idealizando a comunhão que deveria existir na Igreja cristã – deu continuidade à tradição ecumênica do diálogo interreligioso mas se reorientou passando da defesa de presos políticos ao movimento social de defesa das classes menos favorecidas da população e à prestação de serviços às comunidades locais. Assim, no triênio 1998-2000, a ONG notabilizou-se na luta por direitos étnicos e ambientais, na formação de educadores, na busca de melhoria de condições de vida de populações vulneráveis, na ação emergencial contra a seca do Nordeste e enchentes no Rio de Janeiro, bem como na reflexão teológica. Nos anos seguintes ampliou esse modelo estabelecendo alianças com os movimentos sociais estabelecidos em redes, procurou dar maior visibilidade à contribuição ecumênica no Brasil e no exterior ao processo social brasileiro além de adotar uma gestão participativa de sua organização. Atualmente, a ONG atua notadamente nas áreas de saúde, combate ao racismo e questões de inclusão social, direitos civis e humanos e liberdades religiosas.

12. Para melhor conhecimento do movimento ecumênico contemporâneo consultar CARVALHO DIAS, Agemir de. O Movimento Ecumênico no Brasil Contemporâneo:1980-2000. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, vol. 54, p. 140-152, jan./jun. 2014

Nestes 20 anos de existência, *Koinonia – Tempo e Presença* conquistou reconhecimento internacional, o que se evidencia através de convênios, parcerias e contratos de cooperação com os principais organismos internacionais, dentre os quais se destacam: o Escritório *das Nações Unidas contra Drogas e Crime* (UNODC), a União Europeia, as americanas *Ford Foundation* e a *Church World Service*, a *Christian Aid* (Reino Unido), o *Conselho Mundial de Igrejas* (Suíça), as canadenses *Igreja Unida*, *Igreja Anglicana* assim como o *Canadian Foodgrains Bank*, a rede internacional *ACT Alliance*, a *Igreja da Suécia*, o *Norwegian Church Aid*, entre outros. A *Koinonia* tem representação em São Paulo, no Rio de Janeiro e Salvador. Em 2013, 89% de seu financiamento foi subsidiado por organizações internacionais e nacionais privadas. Apenas 14,04% da receita originaram-se de recursos governamentais.¹³

Anivaldo ocupou o cargo de Secretário de Planejamento e Cooperação da *Koinonia* entre 01 de janeiro de 2007 e 25 de setembro de 2009.¹⁴ Desligou-se da direção da instituição quando seu filho Alexandre Padilha assumiu o comando da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Em comunicado endereçado à entidade, afirmou que deixava o cargo a fim de “cumprir o que determina a legislação e evitar qualquer tipo de conflito de interesse ou prejudicar a continuidade dos programas”. Entretanto, na qualidade de associado, participa das assembleias anuais que definem as linhas gerais de atuação da ONG além de participar, como convidado, de inúmeras palestras e eventos promovidos pela organização. Atualmente, além de membro da equipe de assessores de KOINONIA, acumula participação como membro da Diretoria do *Conselho Latino-Americano de Igrejas* (CLAI), dedicada à Região Brasil e da Junta Diretiva do *Church World Service*, dos Estados Unidos.

-
13. A ONG *Koinonia* conta com 45 associados que definem as linhas gerais de sua ação. Por meio de Assembleia Geral elegem tanto a sua Diretoria quanto o seu Conselho Fiscal, ambos para um mandato de três anos sem qualquer tipo de remuneração, conforme estabelecido pelo Código Civil. Até 2009, a área executiva, composta pelos cargos de Diretor Executivo e Secretário de Planejamento e Cooperação, é remunerada e contratada pela Diretoria. Todos os projetos, convênios, assim como os orçamentos são de atribuição e mandato da Diretoria, sendo fiscalizados pelo Conselho Fiscal. (Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Anivaldo-Padilha-O-assassinato-de-reputacao-de-uma-figura-referencial/4/30166>)
14. *O assassinato da reputação de Anivaldo Padilha*. Publicado originalmente no Jornal GGN. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Anivaldo-Padilha-O-assassinato-de-reputacao-de-uma-figura-referencial/4/30166>.

A partir de 2005, Anivaldo Padilha começou uma investigação que o levaria de volta aos anos de chumbo e marcaria mais um capítulo em sua história de vida, a busca da justiça contra os crimes perpetrados pela ditadura militar. Além da identidade de seus torturadores já mencionados acima, descobriu seus delatores quando obteve acesso ao seu dossiê produzido pelo antigo Sistema Nacional de Informações (SNI), documentação reunida no *Arquivo do Estado de São Paulo*. Padilha já desconfiava do envolvimento dos setores conservadores da Igreja Metodista com o regime militar e não se surpreendeu com a descoberta de que fora denunciado aos órgãos da repressão pelo bispo metodista Isaías Fernando Sucasas e seu irmão, o pastor José Sucasas Jr., já falecidos. A confirmação de tal colaboração, entretanto, viria alguns anos mais tarde.

Em 2008, graças ao trabalho de dissertação de um aluno de mestrado que obteve acesso ao diário do bispo, Padilha ainda descobriu que ambos os irmãos eram informantes do DEOPS. Numa primeira entrada de seu diário, o bispo registra que ele e o irmão foram ao Departamento de Ordem Política e Social colocar-se à disposição para colaborar com a repressão; em outra, feita alguns dias mais tarde, narra a segunda visita que fizeram ao local a fim de retirar suas respectivas carteiras de informantes.

O caso de Padilha, porém, não constituiu uma exceção. Com efeito, esses setores conservadores do protestantismo brasileiro – teologicamente avessos à teologia da libertação, socialmente identificados com as elites dirigentes e politicamente alinhados com o bloco anti-comunista formado pelos países apoiados pelos EUA – colaboraram estreitamente com o regime militar que apoiavam, especialmente quando os setores mais progressistas da Igreja católica liderados por D. Helder Pessoa Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, começaram a opor-se ao regime militar através de campanhas sistemáticas denunciando as torturas da ditadura brasileira à opinião pública internacional. Os setores conservadores do protestantismo também foram oportunistas no sentido de usarem a delação das lideranças ecumênicas a fim de desconstruir os setores progressistas que lhes ofereciam oposição interna, principalmente o movimento de juventude protestante.

Depois de reunir as provas da prisão arbitrária seguida de tortura, Padilha enviou toda a documentação à *Comissão de Anistia* demandando reparação do Estado. Criada pela Medida Provisória nº 2.151, a Comissão de Anistia foi instalada pelo Ministério da Justiça no dia 28 de agosto

de 2001 e tem por atribuição, segundo o MJ analisar “os pedidos de indenização formulados pelas pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por motivação exclusivamente política desde 18 de setembro de 1946 até cinco de outubro de 1988”.¹⁵ Definição ao menos ambígua no que diz respeito às causas desta obstrução, qual seja, as violações dos direitos humanos infligidas aos cidadãos brasileiros, o que o texto omite. Em todo o caso, o dossiê enviado por Padilha, um dos cerca de 57 mil requerimentos estimados a serem apreciados pela Comissão de Anistia até serem submetidos à decisão final do Ministro da Justiça, nunca chegaria ao seu destino. Conforme informado, ela provavelmente extraviou-se nos correios.

Determinado, Padilha decidiu recomeçar todo o penoso trabalho de pesquisa e documentação das provas, marcado pelo sofrimento de reviver mais uma vez as atrocidades a ele infligidas pelo regime. Desta vez, porém, além do arquivo do Estado de São Paulo, estendeu suas buscas à *Auditoria Militar* (tribunal) e à *Agência Brasileira de Inteligência* (ABIN), o órgão central do *Sistema Brasileiro de Inteligência* (SISBIN), o antigo Serviço Nacional de Informações (SNI).¹⁶ Conseguiu reconstituir o material apenas no início de 2010, ou seja, contando com a primeira tentativa foram sete anos de espera até o momento mais aguardado que foi o julgamento e a decisão final do pedido de indenização e reparação econômica proferidos no dia 22 de maio de 2012. Neste dia, o Estado brasileiro formalizou o pedido de perdão¹⁷ a Anivaldo Padilha pelas violações dos direitos humanos perpetrados a ele pelo regime militar nas perseguições, tortura, exílio e afastamento familiar em decisão unânime em julgamento realizado no Ministério da Justiça presidido por Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia. Sobre a decisão, Padilha afirmou que:

15. Vinculada diretamente ao Gabinete do Ministro da Justiça, a Comissão de Anistia é composta por 24 conselheiros nomeados sendo presidida por Paulo Abrão Pires Júnior, professor universitário e doutorando na PUC/RJ.

16. O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi idealizado pelo General Golbery do Couto e Silva e criado pelo regime militar (lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964) a partir da fusão do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligências (SFICI), criado em 1958 e da Junta Coordenadora de Informações, fundada em 1959. O SNI foi suprimido criando-se, em seu lugar, a Agência Brasileira de Informações (ABIN), criada em 1999 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A ABIN presta assessoramento à Presidência da República assegurando-lhe o conhecimento de fatos e situações relacionadas ao bem-estar da sociedade e segurança do país.

17. O pedido de perdão do Estado Brasileiro a Anivaldo Padilha. Disponível em <http://www.koinonia.org.br/comunicacao-noticias-detalhes.asp?cod=1791>

(...) o aspecto mais importante da anistia é o caráter político da decisão, e não a indenização que vou receber. Nunca lutei por dinheiro e, sim, pela democracia (...) A sessão da Comissão de Anistia na qual meu caso foi julgado representou um momento ímpar para mim. Eu já havia assistido a algumas sessões da Comissão e já conhecia o ritual. No momento em que o último membro da Comissão emitiu o seu voto, todos se levantaram, o presidente da Comissão Dr. Paulo Abrão pronunciou o veredito unânime e, em nome do Estado brasileiro, pediu desculpas [sic] pela violação dos meus direitos. Nesse momento, fui tomado por uma grande emoção. Senti que a minha dignidade como cidadão estava resgatada. Naquele momento compreendi o significado simbólico daquele gesto que eu já havia presenciado em outras ocasiões, mas não tinha noção do que representava para uma pessoa que teve seus direitos violentamente agredidos por uma política de terror oficialmente executada pela ditadura.¹⁸

Digno de nota foi seu depoimento sobre os torturadores:

(...) Como eu já afirmei publicamente em outras ocasiões, durante muito tempo, no meu período de exílio, fui perseguido pelo fantasma das torturas. Depois de muito esforço consegui perdoar os torturadores e também os que me denunciaram. A partir daí os pesadelos desapareceram. Foi um processo terapêutico para mim, uma forma que encontrei de vencê-los. Já disse também que há situações em que o perdão é mais importante para quem perdoa do que para quem é perdoado. Mas isso, em minha opinião, só faz sentido no âmbito subjetivo, nas relações interpessoais. No âmbito político, essas pessoas têm que ser responsabilizadas judicialmente porque seus crimes não foram somente contra os presos políticos individualmente, mas principalmente contra a sociedade brasileira. E a sociedade tem o direito e a obrigação de responsabilizá-los judicialmente.¹⁹

Anivaldo Padilha militou pela ratificação da convenção contra o desaparecimento forçado de pessoas e a adequação da Lei da Anistia, da Lei de Acesso a Informações Públicas e a Lei da Comissão da Verdade (2011).

18. *Sobrevivente dos anos de chumbo. Depoimento e apelo.* Entrevista com Anivaldo Padilha. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/a-historia-de-um-sobrevivente-dos-anos-de-chumbo-entrevista-com-anivaldo-padilha/516008-a-historia-de-um-sobrevivente-dos-anos-de-chumbo-entrevista-com-anivaldo-padilha>

19. Idem.

Tem participado da Campanha Cumpra-se (www.cumpra-se.org) ao lado de várias instituições e pessoas se mobilizando pela construção de mecanismos de não-repetição, verdade, justiça e educação para os direitos humanos. Atualmente dedica-se ao projeto de reconstrução da participação das igrejas protestantes no regime militar.

Naquela tarde de 14 de junho de 2011, o metodista Anivaldo Padilha concluiu seu discurso no auditório da Procuradoria Geral da República citando as palavras de Jeremias: “*quero trazer à memória o que me pode dar esperança*”. Como o profeta veterotestamentário, Anivaldo Padilha conheceu a desolação, em seu caso provocada pelo autoritarismo de um regime que torturava em nome do Estado; mas preferiu rememorar o passado sombrio buscando no presente um Estado democrático de direito, mais humano, mais observador dos Direitos dos cidadãos, enfim, simplesmente mais justo. Seu apelo final: *Minha esperança é que a memória desse passado contribua para que esse Brasil, nunca mais!*²⁰

20. Reflexões sobre medidas de verdade: do Brasil Nunca Mais a uma comissão da verdade. Depoimento de Anivaldo Padilha no ato público de repatriação dos documentos do projeto Brasil: Nunca Mais no dia 14 de junho em São Paulo. *Revista Caminhando* v. 16, n. 1, p. 165-170, jan./jun. 2011.